

Editorial

A Saúde Coletiva e a formação em saúde interprofissional, em tempos de reafirmação dos princípios científicos, da sensibilidade e da humanidade

Mas, o que é Saúde Coletiva?

O movimento instituinte, denominado como Saúde Coletiva, que se impôs com os questionamentos aos princípios instituídos na área da saúde, é resultante dos estudos de Cecília Donnangelo, Sérgio Arouca, Ricardo Bruno Mendes Gonçalves, Madel Luz, dos movimentos dos gestores progressistas e dos profissionais de saúde, bem como da sociedade civil organizada, sobretudo a partir da década de 70^{1,2,3,4}. No contexto das lutas por justiça social no Brasil, produziu-se a institucionalização da saúde coletiva⁵ como um campo transversal de diálogos, entre saberes e práticas, que tem como objetivo atender às necessidades de saúde das pessoas, das suas famílias e da comunidade, em um território que é dinâmico e em constante transformação.

Em seus pressupostos, a saúde coletiva amplia o conceito instituído de saúde, compreendido como ausência de doença, para a concepção de um processo que envolve questões epidemiológicas, socioeconômicas, ambientais, demográficas, históricas e culturais. Ela passou a investigar as condições em que as pessoas vivem e produzem como os principais marcadores para propor um modelo de cuidado em saúde, compreendendo o direito das pessoas, contribuindo para a construção de políticas públicas nos últimos anos, a exemplo do que é o Sistema Único de Saúde (SUS). Portanto, o intuito da Saúde Coletiva foi implementar ações capazes não apenas de evitar a doença e prolongar a vida, mas melhorar a qualidade de vida da população, de forma que cada cidadão pudesse usufruí-la, com independência.

Na consolidação dessas premissas, a Saúde Coletiva provocou também reflexões importantes no campo do ensino em saúde, tanto no nível médio quanto no universitário. Os modos de ensinar e de aprender precisavam se transformar. O perfil do profissional que cuida das pessoas precisava se deslocar de uma verticalidade prescritiva para a compreensão de que deveria ser um copartícipe nessa produção da vida. A ele cabe agir com compromisso social, respeitando os valores, as práticas tradicionais, a autonomia dos sujeitos, compatibilizando com o que há de mais cientificamente avançado no campo do cuidado, sem desconsiderar a subjetividade e a humanidade de todos. Promover a saúde dos coletivos, em um país regido pela economia de mercado e, portanto, plena de contradições entre os interesses públicos e privados, é ainda um dos desafios a ser enfrentado pela gestão, pelas corporações profissionais e pelas organizações de ensino na saúde.

A formação em saúde, que ainda se realiza de forma disciplinar, ensaia suas reformas curriculares integrativas em um diálogo algo tímido com o ensino interprofissional, desde a década de 1990. Mas, é importantíssimo que, cada vez mais, o ensino em saúde seja baseado na realidade da rede de assistência à saúde, sobretudo nos serviços onde a Atenção Primária é priorizada, como as Estratégias de Saúde da Família. É na interlocução entre teoria e prática que novos saberes são produzidos. É no encontro entre estudantes, profissionais, docentes e as pessoas que expõem suas formas de fazer andar a vida que surgem os analisadores, desnudando os não-ditos nas relações trabalhistas e desvelando as inconsistências das políticas públicas que produzem o adoecimento.

Nesse momento de resgate da nossa democracia, fragilizada nos últimos anos por governos que não priorizaram a promoção e a prevenção da saúde, há que se recordar os ensinamentos de pensadores como Paulo Freire, quando propôs o verbo esperar⁶. Esperar na gestão, na educação e nos movimentos sociais é se empenhar, é continuar na luta, é não desistir, para construir uma nação que respeite o diálogo, a diversidade e a vida. Isso é Saúde Coletiva.

Referências

¹Donnangelo MCPL. Saúde e Sociedade São Paulo: Duas Cidades; 1976.

²Arouca SAS. O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 1975. 261 p.

³Mendes-Gonçalves RB. Tecnologia e Organização Social das Práticas de Saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.

⁴Luz MT. Racionalidades médicas e terapêuticas alternativas. Cadernos de Sociologia 1995; 7:109-128.

⁵L'Abbate S, Mourão LC, Pezzato LM, organizadores. Análise institucional & Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; 2013.

⁶Zuin AÁS, Mello RR de. Por uma pedagogia da esperança e da autonomia na era da cultura digital. Pro-Posições, 2021; 32:e20210110.

Desejamos uma boa leitura, valendo-se dos conhecimentos consagrados nessa edição.

Boa Leitura!

Profa. Dra. Lucia Cardoso Mourão
Docente do Mestrado Profissional de Ensino na Saúde da
Universidade Federal Fluminense-UFF
Doutora em Saúde Coletiva (Unicamp)
Pós-Doutorado em Ciências da Educação (Université Cergy-Paris)
Departamento de Planejamento em Saúde.
Niterói, novembro de 2023.